

Notas sobre a constituição, afirmação e singularidades da imprensa alentejana no século XIX

Adriana Mello Guimarães

Resumo

Neste trabalho pretendemos investigar como o jornalismo procurou constituir-se e afirmar-se no Alentejo. Partimos do princípio que a imprensa alentejana começou a consolidar-se na segunda metade do século dezanove, após o triunfo do liberalismo, em 1820, e a garantia formal de liberdade de imprensa.

Estruturámos este estudo do seguinte modo: num primeiro momento debruçar-nos-emos sobre a importância da crónica e dos folhetins para narrar os acontecimentos diários nos jornais oitocentistas; num segundo momento daremos uma particular atenção aos jornais alentejanos.

Palavras-Chave: Jornalismo; Alentejo; *O Distrito de Portalegre*; *O Distrito de Évora*

Introdução

Desde a segunda metade do século XIX, bem antes da passagem da monarquia para a república, Portugal estava ávido de mudanças. De facto, foi uma época de intensa transformação onde os jornais e as revistas desempenharam um papel fundamental: eram o grande veículo de expressão do espírito moderno e difusores de ideias, suscitando a discussão e a participação política. De facto, não temos dúvidas de que a imprensa funcionou como um agente da modernização caracterizado pela abertura progressiva das fronteiras, dos limites, inclusive mentais e culturais.

Oportuno será lembrar que, em 1858, Machado de Assis ressaltava que o jornal “faz tremer as aristocracias” (1962, p. 963) e chamava a atenção para as qualidades democráticas da imprensa. Cabe, então, a questão: quais eram os contornos do jornalismo praticado nesta época? Segundo a visão de José Manuel Tengarrinha (1989), no final do século XIX, atravessamos a passagem da chamada imprensa romântica ou de opinião para a organização industrial da imprensa. É nesse contexto de escrita literária e partidária que encontramos os primeiros grandes periódicos tanto em Évora como em Portalegre. Será útil relembrar, ainda, as influências que o jornalismo luso recebeu:

O jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou “as modas” em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (...) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa. (Sousa, 2008, p.117)

Inserido neste contexto e na forte influência francesa, convém destacar que o jornalismo oitocentista também contou com a participação de muitos escritores. Lembremos, em primeiro lugar, aquilo que é fundamental no que respeita à participação dos “homens de letras” na imprensa periódica do seu tempo. Esta presença acontece por duas vias: a ficcional, pela inclusão dos seus contos e romances nos jornais e revistas; ou pela publicação dos próprios textos jornalísticos nos periódicos, centrados nos acontecimentos e factos sociais mas ainda longe das preocupações com a objetividade e neutralidade do discurso.

Antes de partimos para uma análise mais detalhada, devemos assinalar que o cosmopolitismo chegava ao interior pelas mãos dos jornalistas que atormentavam o poder e fomentavam o sonho: “ser jornalista implica a partilha de um *ethos* que vem sendo firmado há mais de 150 anos” (Traquina, 2007, p. 135). Tais constatações a permitem-nos deduzir que, na formação de uma nova sensibilidade mediadora, o papel desempenhado pela imprensa praticada na província foi preponderante.

Cabe, então, tentar perceber como eram os periódicos da altura.

A fusão do fútil e do útil no jornalismo de proximidade

Algumas marcas do passado ainda são uma constante na imprensa contemporânea. Afinal, é inegável que na procura do tom exato para a elaboração dos seus textos, tanto hoje como ontem, o jornalista deve “redigir bem” e saber utilizar a língua como um instrumento de trabalho e como forma de agenciar a sua ligação ao mundo.

No entanto, ao olhar para o jornalismo oitocentista é fácil constatar que prevaleciam os textos opinativos – literários ou políticos. Mas o que podemos dizer sobre a técnica de escrita? A elaboração de textos estava bem próxima da literária e produzia julgamentos apaixonados e polémicos. Predominava o estilo panfletário, que alcançava eficácia ao utilizar várias características retóricas como:

Capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida. (Morel, 2008, p.37)

Retenha-se, ainda, a prestação dos chamados “homens de letras” na imprensa foi um traço marcante do século XIX, sendo possível estabelecer inúmeras interposições entre o campo literário e o campo jornalístico. Interessante é notar que os jornais oitocentistas portugueses possuíam algumas particularidades no que diz respeito as práticas discursivas, sendo de assinalar o uso de termos como “crónica” e “folhetim”. Cremos que, hoje, o termo necessita de algum esclarecimento, pois pode envolver uma indeterminação conceptual.

De facto, como se pode verificar, “folhetim” é usado para designar “texto literário ou trabalho de crítica de literatura e artes, geralmente impresso na parte inferior da página de um jornal”¹; ou então para nomear “um romance ou novela publicado normalmente em periódicos, em fragmentos ou capítulos”²; e serve ainda para qualificar o que hoje designamos por literatura de consumo, uma “obra literária considerada de pouco valor literário”³. Será isto suficiente para aclarar a indeterminação conceptual? Em nosso entendimento, não. Tal diversidade de definições apenas distingue, naqueles que são os primeiros jornalistas, fundadores dos periódicos, a simbiose entre o escritor, o homem de pensamento capaz de exprimir as idealidades estéticas em sua leveza, e o cidadão comum a viver diariamente os pesados encargos de sua existência económica, social e política. Eis como vê o folhetim um conceituado crítico do século XIX:

Ele contribui poderosamente para alargar o gosto e fomentar as curiosidades do espírito, estimulando em larga escala a cultura estética do maior número, a ponto de poder mais tarde amplificar-se e explanar-se de jeito a formar série sobre um tema dado, série seguidamente ligada em volume. (Bruno, 1984, p. 72)

No prólogo da *Revista Popular*, encontramos uma descrição curiosa que destaca o folhetim como um dos elementos mais significativos da cultura do século XIX:

Hoje a história morreu. O folhetim é tudo. (...) O folhetim é o reverso da arte. O seu cunho é variável, porque se adapta aos tempos em que vive. (...) Os folhetins são a representação ideal do século, são as rapsódias da grande epopeia moderna. (Gerúndio, 1849-1850, p.5)

Enquanto conceção genérica, o uso de um termo específico para designar um novo espaço de comunicação nas folhas impressas de um periódico teve “a primeira ocorrência em francês, compreensivelmente na terminologia da encadernação, [e] seria, pois, de 1790” (Rodrigues, 1998, p.202). No entanto, como destaca Ernesto Rodrigues, o género impõe-se num determinado quadro, onde a imprensa deve ser: “informativa, ou divulgadora, e já não só

1 Cf. Houaiss, António e Villar, Mauro de Salles. (2001) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores.

2 Houaiss, op cit.

3 Houaiss, op cit.

opinativa; relativamente barata, para potenciar assinantes; acessível em locais de venda, antes de ser gritada pelos ardinás” (1998, p.205). Neste sentido, o nome de folhetim designa fisicamente um texto de rodapé, sem prejuízo da novidade do género literário, tendo sido criado e publicado em larga escala como forma de incentivar a venda dos jornais. Em contrapartida, o folhetim ampliou o mercado de trabalho dos literatos, abrindo a oportunidade para a publicação de crónicas, contos, e até mesmo de romances:

Na impossibilidade de editar-se um romance, dada a inexistência de uma editoração nacional, produzia-se o conto, esse sim, com publicação garantida nas revistas (...) Romances, só aos bocaditos, em forma de folhetim, que aos jornais interessavam comercialmente como atração de primeira página. (Martins, 2008, pp. 69,70)

Mas, pelo seu carácter efémero, o género do folhetim se confunde às vezes com o da crónica. António Cândido assinala como, em sua evolução histórica, o espaço físico do folhetim deu oportunidade ao exercício da crónica:

Antes de ser crónica propriamente dita foi «folhetim», ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias. (...) Aos poucos, o «folhetim» foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. (...) Ao longo deste percurso, foi alargando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar pela poesia adentro. (Cândido, 1984, p.7)

Página | 23

Retenha-se ainda, Jean Chalaby ao procurar descrever o jornalismo francês oitocentista, acaba por explanar sobre as práticas discursivas mais importantes:

A prática jornalística de carácter mais literário era a mais prestigiada. A honra era conferida à crónica. Mas o formato perdeu-se. Habitualmente, o cronista fazia alguns comentários divertidos e refinados a diferentes tópicos escolhidos entre as notícias da semana. O tom de uma boa crónica era frívolo e o estilo brilhante. O género era dominado pelos escritores do campo literário. Guy de Maupassant foi um cronista célebre e a maior figura literária das últimas décadas do século XIX. Outro género celebrado era o artigo polémico, geralmente sobre um líder. Um artigo polémico era uma peça violenta e agressiva geralmente dirigida contra uma pessoa (por exemplo, um político) ou uma instituição (por exemplo, um partido político). Apesar da natureza da polémica não ser, propriamente literária, possuía uma dimensão discursiva: as ideias e opiniões expressas num artigo polémico são tão importantes como a retórica, a estilística e a linguagem usadas para criticar o opositor. (Chalaby, 2003, p.40)

De facto, ao olharmos para as páginas dos periódicos do século XIX, estamos em condições de reconhecer que o jornalismo de opinião estava, sem dúvida, muito concentrado

nas crónicas e nos artigos polémicos. Constatamos, ainda, a presença dos escritores nas redações:

Praticamente todos os nossos grandes escritores oitocentistas estiveram ligados ao jornalismo, sentindo-se no seu estilo vestígios desse quotidianismo informativo, da observação ligeira dos ambientes, da linguagem da transparência entregando-se à descodificação suave e imediata, como é o caso, entre outros de Garrett nas suas viagens (Trigo, 1987, p.13)

O Alentejo não foi exceção e contou com uma abundante colaboração dos chamados “homens de letras” no jornalismo. Recorde-se que, entre os escritores que emprestaram sua pena à imprensa, um nome merece destaque: Eça de Queirós. Ele foi um dos mais prestigiados escritores a trabalhar na imprensa alentejana e a sua participação no jornalismo eborense foi relevante⁴. No entanto, curiosamente, foi no jornal *Gazeta de Notícias*⁵, do Rio de Janeiro, que o escritor enfatizou a importância da proximidade como um critério de noticiabilidade:

A superior sapiência das nações já formulou esta lei naquele seu fino adágio - «O coração não sente o que os olhos não veem». Para chorar é necessário ver. A mais pequenina dor que diante de nós se produza e diante de nós gema, põe na nossa alma uma comisseração e na nossa carne um arrepio, que lhe não dariam as mais pavorosas catástrofes passadas longe, noutro tempo ou sob outros céus. Um homem caído a um poço na minha rua mais ansiosamente me sobressalta do que cem mineiros sepultados numa mina da Sibéria: - e um carro esmagando a pata de um cão, em frente à nossa janela, é um caso infinitamente mais aflitivo do que a heroica e adorável Joana d’Arc queimada na praça de Rouen! (Queirós, 2002, p.652)

A exposição queirosiana é extensa. Prova disto é que foi publicada em dois dias consecutivos: 20 e 21 de setembro de 1897. Pedagogicamente, Eça de Queirós procurou explicar aos leitores do Rio de Janeiro que a distância dos acontecimentos pode influenciar o público leitor. Assim, no final da segunda crónica, o autor coteja a emoção fomentada pela leitura da notícia de um desmanche do pé da anónima Luísa Carneiro, vizinha dos leitores da Bela Vista, com as catástrofes mundiais que provocavam breves lamentações. Conclui-se, portanto, que a relevância e o interesse por uma notícia está diretamente relacionada com a noção proximidade.

Mas, afinal, o que entendemos por “proximidade”? Jean Luc Martin Largardette acredita que “é o crivo através do qual o jornalista profissional passa maquinalmente todas as suas informações” (1994, p. 19) e clarifica que a lei da proximidade pode ser decorrente de “várias

4 Ao longo do artigo vamos analisar a participação queirosiana no *Distrito de Évora*.

5 Durante dezassete anos, entre 1880 e 1897, ainda que com alguns intervalos, Eça de Queirós elaborou textos jornalísticos para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O jornal carioca, na época, inovou e contou com a colaboração de vários redatores literários.

orientações: geográfica; afetiva; psicológica; temporal; socioprofissional ou sociocultural; político-ideológico-existencial; vida quotidiana” (ibidem).

Demonstrada a pluralidade de abordagens, lembremos o que é fundamental: quando pensamos em imprensa local e regional, a ideia da proximidade surge-nos como um facto incontornável. Recorde-se que Camponez ao falar do espaço local afirma:

Fundamentalmente, a especificidade da imprensa regional resulta do seu compromisso específico, do seu pacto comunicacional com um território que não pode deixar de representar um recorte parcial de um espaço mais vasto. Trata-se, portanto, de um jornalismo de proximidade profundamente comprometido com a sua região e com as suas gentes. (2002, p. 273)

Ou seja, apesar da universalização e instantaneidade da informação, quanto mais próximo estiver um acontecimento, maior importância adquire.

Os primeiros jornais no Alentejo

Do ponto de vista histórico, convém situar a altura em que tem início a imprensa no interior alentejano. Visitar as origens é um processo pautado por encruzilhadas e julgamos que ainda há muito por explorar. No entanto, algumas pistas são claras: no princípio o jornalismo português (e por extensão o brasileiro) estava concentrado em Lisboa:

Foi muito desigual a expansão da imprensa periódica no Reino. Basta dizer que em Coimbra, onde a cultura atingia os mais altos níveis por influência da Universidade, só em 1808 aparece o primeiro jornal, a *Minerva Lusitana* (não contando com as *Efemérides Astronómicas*, de 1803, dada a sua natureza especial); foram publicadas ali, até 15 de junho de 1875, 130 jornais, o que dá uma média inferior a dois por ano. No Porto, só em 1794, mais de um século depois da pioneira *Gazeta* se imprimiu o primeiro periódico, o *Zodiaco Lusitânico*, de Medicina, que durou três meses; registou-se depois uma pausa de doze anos, só em 1761 tendo sido publicado ali o segundo, a *Gazeta Literária*. (Tengarrinha, 2013, p. 285)

Neste contexto, concordamos com Sousa (2002, p. 7) que situa os primórdios da imprensa local e regional no século XIX, nomeadamente na da revolução liberal de 1820, que proporcionou a liberdade necessária para o florescimento da imprensa em todo o país. De facto, segundo Tengarrinha:

Antes do dia 24 de agosto, em que eclodiu a Revolução de 1820, apenas se publicavam em toda a monarquia portuguesa, sem contar os almanaques e as efemérides, a *Gazeta de Lisboa* (Lisboa, 1715, então redigida por Joaquim José Pedro Lopes), *Jornal de Coimbra* (Lisboa, 1812, José Feliciano de Castilho e Ângelo Ferreira Dinis), *Jornal Enciclopédico de*

Lisboa (Lisboa, 1820, José Agostinho de Macedo), *Gazeta do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1808, que deu origem, em 1823, ao *Diário do Governo do Brasil*) e a *Gazeta da Baía*. (Tengarrinha, 1989, p. 69)

Ou seja, com a liberdade de pensamento e de expressão, que relembramos, foi instituída a 12 de julho de 1821, houve um aumento das publicações e uma mudança na produção cultural da vida moderna. O que é interessante ressaltar é que esse aumento do número de periódicos ajudou a fortalecer o papel da imprensa portuguesa como espaço público de discussão e de diversidade. No entanto, o acesso aos periódicos ainda é restrito, graças ao elevado número de analfabetos.

Progressivamente registou-se houve um alargamento da vida escolar e uma a evolução das técnicas gráficas que foram determinantes para fazer do jornalismo uma atividade prolífera no interior do país.

Do ponto de vista geográfico é interessante sublinhar que “a massa esmagadora dos jornais se situa em Lisboa, em menor grau no Porto e ainda menor em Coimbra” (Tengarrinha, 2013, p. 624).

No entanto, com o avançar das revoltas populares (como a Maria da Fonte⁶ e a Patuleia⁷) a província começou a despertar para a efervescência política. De facto, como sublinhou Tengarrinha:

O Alentejo foi um dos principais teatros de operações da guerra civil aí tendo sido publicados alguns jornais patuleias: *Notícias Oficiais* (Évora, 12 de outubro de 1846) (...) que anunciou o pronunciamento patuleia nesta cidade, os movimentos de tropas na província e a insurreição no Algarve; *Boletim* (Évora, 26 de novembro de 1846-5 de janeiro de 1847), órgão da Junta Revolucionária; e a *Crónica Eborensis* (Évora, 13 de janeiro a 12 de junho de 1847, 63 números), que anunciava como base no seu programa «moralidade, imparcialidade e modéstia». Em Portalegre, *Boletim de Portalegre* (6 de novembro de 1846-21 de março de 1847). (Tengarrinha, 2013, p.642)

A ideia que desse testemunho se colhe é esclarecedora: desde 1846 que o Alentejo, nomeadamente Évora e Portalegre contam com jornais.

O que dizer, no entanto, de outras localidades alentejanas? Recorrendo aos estudos de Gil do Monte (1978, pp. 165, 179) elaboramos uma tabela onde procuramos assinalar os primeiros periódicos oitocentistas alentejanos:

6 A denominada revolta da Maria da Fonte foi uma reação popular que deflagrou nos meados de abril de 1846. O descontentamento popular foi gerado pelas medidas centralistas, como as novas leis de recrutamento militar e a proibição dos enterros que tradicionalmente se faziam dentro de igrejas.

7 A Patuleia é na sua origem um movimento de políticos e militares.

Localidade	Título	Datas
Arraiolos	<i>O imparcial de Arraiolos</i>	1897
Estremoz	<i>ABC do comércio</i>	1884
Montemor-o-Novo	<i>Bijou</i>	1883
Portel	<i>O portelense</i>	1890
Redondo	<i>Imprensa Livre</i>	1886/1889
Reguengos de Monsaraz	<i>Jornal de Reguengos</i>	1898
Vila Viçosa	<i>O calipolense</i>	1890
Elvas	<i>Periódico recreativo - Semanário elvense literário</i>	1847
Beja	<i>O bejense</i>	1860/1889
Cuba	<i>O Cubense</i>	1888
Serpa	<i>Estrela Artística</i>	1863
Odemira	<i>Farol de Odemira</i>	1874

Na distância do reportório crítico de hoje, sabemos ainda que a verdadeira eclosão da imprensa na província aconteceu na década de 1850, entre o estabelecimento da Regeneração. Ou seja, entre abril de 1851 e 31 de dezembro de 1864.

O Distrito de Évora: páginas queirosianas

Página | 27

Na história do jornalismo eborense, chamamos a atenção para *O Distrito de Évora* (1867), jornal que foi elaborado e dirigido pelo escritor Eça de Queirós. Ora, atualmente a produção jornalística é uma atividade coletiva que necessita da cooperação de vários profissionais, mas no caso deste jornal eborense, todo o trabalho estava centrado nas mãos do escritor. Ou seja, Eça de Queirós escreveu duas vezes por semana, sem ajuda, todo um jornal, durante ininterruptos sete meses: entre janeiro até julho de 1867.

O que importa destacar é que neste periódico, o ainda jovem escritor analisa a situação nacional, publica crónicas avulsas e redige comentários à política nacional e internacional. Ou seja, era necessário uma capacidade ímpar para compreender domínios diversos. Tal atividade vai absorver toda a atenção do escritor que já possuía a noção de que os seus textos se revestiam de uma enorme responsabilidade cívica: “O jornalismo na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial (Queirós, 2000, p.9).

Para tentarmos demarcar o alcance de suas crónicas no *Distrito de Évora*, consideramos os seguintes aspetos: o *Distrito de Évora* era um jornal financiado por José Maria Eugénio de Almeida⁸, destinado a opor-se ao Governo; era composto por três páginas de texto (a quarta era

⁸ Sobre José Maria Eugénio de Almeida (1811 – 1872), cf. www.fea-evora.com.pt.

destinada aos anúncios), todas escritas pelo próprio Eça, que estaria “ao serviço da ‘unha negra’ do Partido Histórico, ou seja, a esquerda da esquerda” (Mónica, 2004, p.11).

Segundo Celestino David, no ano em que Eça de Queirós chegou em Évora, em 1867, o panorama era o seguinte: “A vida citadina que parecia dever concentrar-se, como hoje, na Praça do Geraldo, na Praça Grande” (1945, p.70). O ambiente já era palco de grandes construções e monumentos históricos: como o milenar Templo Diana; a fonte henriquina com os seus poiais de pedra; a igreja de Santo Antão com as suas torres ainda sem relógio; a igreja da Sé, etc. Celestino David menciona as inovações e as dificuldades da época:

Começara a colocação das atuais grades do Passeio Público. As ruas não tinham ainda os nomes que as designassem em dígitos afixados nas esquinas, pelo que, para as referir, os jornais têm de rodear a dificuldade indicando-as desta forma: a rua que desemboca no Rocio pela rampa, ou qualquer outra forma parecida com esta. Por falta de verba para pagar ao sineiro, deixou-se de ouvir o sino de correr, mas a cidade de Évora continua a ser a cidade que à noite alguns não percorrem porque a polícia, que se reclama com insistência, não abunda ainda, limitada às rondas do administrador, dos regedores e dos cabos de ordem. A Polícia Cívica, agora chamada de segurança Pública, criada por lei de 2 de julho de 1867, não a havia ainda aqui. (1945, p. 72)

É este o panorama que Eça de Queirós encontra, quando resolve aceitar o convite para, aos vinte e dois anos, redigir um jornal, praticamente sozinho, em terras alentejanas. Nesta altura (1867) um só periódico orientava a opinião pública eborense: a *Folha do Sul*, jornal pertencente ao partido da situação.

O primeiro número do *Distrito de Évora* fora posto a circular num domingo, dia 6 de janeiro. O preço de assinatura anual é de 400 réis, ao passo que o preço avulso fica pelos 40 réis. Como era típico da época, a redação, administração e a tipografia do jornal funcionavam, simultaneamente, no mesmo local: na Praça D. Pedro, número 3 - A, ou seja, na atual Praça Joaquim António de Aguiar – edifício da Pastelaria Violeta.

Como caracterizar o periódico? Era um jornal de intervenção mais opinativo do que factual. Um dos elementos constantes é a presença das crónicas. Mas como é que o próprio Eça entende esse conceito?

A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou ainda de Verão, no campo, quando o ar está triste. (Queirós, 2000, p.107)

Ou seja, Eça de Queirós enfatiza o que este género de texto tem de especial: um tom leve que lhe permite um certo distanciamento do resto do jornal. A crónica queirosiana diz verdades a brincar. A par dessa “conversa” despreocupada que o autor mantinha com os seus leitores, Eça de Queirós procurava também ser testemunha dos problemas da sua época, manifestando um profundo desgosto pela incapacidade de modernização do Estado luso.

É neste âmbito que vamos encontrar Eça de Queirós em suas reflexões sobre alguns problemas que afetavam Évora na altura, como a história, publicada no dia 10 de fevereiro, referente ao Aqueduto: “O aqueduto de Sertório, que é uma recordação da história e uma necessidade do povo, está esquecido, arruinado, perdido!” (2000 p.55). Ainda nas páginas do *Distrito de Évora* deparamos com uma crónica que se refere à Feira de São João:

(...) E entre as deliciosas coisas que se expulsaram da vida, entre a sinceridade que repeliram, as grandes musas, acabaram com as feiras e as festas dos santos. Se aqui há 30 anos havia uma palavra completa, era esta: feira de S. João. Uma festa e uma feira; as barracas e as fogueiras, as cavalhadas e a alegria, os panoramas e as alcachofras, os saltimbancos e os devoradores de espadas, e as fontes de madrugada, tudo junto, tudo no mesmo dia! (2000, pp. 252 – 253).

Ou seja, o escritor, com as suas crónicas, marca o reforço identitário da cidade de Évora. No verão de 1867 termina a aventura jornalística de Eça de Queirós que levava Eça a Évora. No entanto, esta veia jornalística do escritor Eça de Queirós irá perdurar até ao fim da vida. Julgamos até que esta faceta do escritor foi determinante para o seu percurso de vida.

O Distrito de Portalegre: o local em destaque

No caso de Portalegre, e segundo o historiador António Ventura (1991), a imprensa também apareceu muito cedo. De facto, em 1836 publicou-se um semanário manuscrito intitulado *O Portalegrense*.

Conhecemos os números 1, 3, 4 e 5 (...) Ao cimo, uma epígrafe anunciava o propósito do autor: «Muito ouve/quem muito vive/Olha a crítica/ que sempre tive». Depois com o aviso de que «os senhores que quiserem ler este papel, podem dirigir-se às pessoas que o tiverem casualmente» (...) O conteúdo de *O Portalegrense* incide quase exclusivamente sobre assuntos locais. (Ventura, 1991, p. 1)

As informações sobre o movimento revolucionário que afetava o país surgiam através do *Boletim de Portalegre* (1846-1847). Logo a seguir, em 1865, Portalegre passa a contar com *A Gazeta de Portalegre*, a quem se segue *O Campeão de Portalegre* (1867).

Passo a passo, o panorama vai sendo alterado:

Inicia-se um hiato de cerca de 10 anos, somente quebrados pelos Relatórios da Junta Geral do Distrito de Portalegre. Até 1878 não se edita outro qualquer título, e mesmo nos seis anos seguintes, de 1879 a 1883, encontramos apenas os Anais Agrícolas do Distrito de Portalegre, com um volume anual especializado e que não se destinava ao grande público. O panorama altera-se em 1884 com o aparecimento de *O Distrito de Portalegre*. (Ventura, 1991, p. IX)

De facto, *O Distrito de Portalegre* fez história e contou com uma vida longa, mas irregular. O jornal teve como fundadores Francisco Cortes Sanches, António José Lourinho, Ramiro Marçal, F. A. Rodrigues Gusmão e Adolfo Ernesto Mota e foi publicado pela primeira vez no dia 27 de abril de 1884 e, durante os primeiros anos apresentava-se aos domingos, com quatro páginas numeradas.

Mostrou-se ao público de Portalegre como um periódico que estaria atento aos problemas do distrito, com um preâmbulo longo:

O jornal é uma instituição necessária, forte, majestosa e imorredora (...) e avisou os espíritos cavalheiros e esclarecidos do distrito de Portalegre (...) propunham quebrar o silêncio que deploramos e (...) remediar a necessidade impreterível de um periódico local, inspirado nos interesses do distrito e rigorosamente sujeito às indicações da verdade e ao critério da razão (1884, número 1, página 1)

Ao que tudo indica, pelo menos no princípio, desejava independência política. De facto, no cabeçalho do número 1 pode ler-se a frase: “Não é órgão de partido algum político”.

Inegável é que o jornal privilegiava os acontecimentos de conteúdo local. Ainda no primeiro número, e logo na primeira página, além do “preambulo”, encontramos uma notícia intitulada “A transferência da alfandega de Portalegre para Marvão”. Na página 3, também do primeiro número, o destaque vai para a romaria em homenagem à virgem da Penha. Ainda no que respeita as notícias locais, assinalamos a presença de um “boletim meteorológico”, que só não pode fazer referência a temperatura máxima atingida nos últimos dias, pois houve um acidente com o termómetro. No entanto, o jornal divulgou a temperatura mínima que a cidade de Portalegre atingiu nos últimos sete dias, bem como a quantidade de precipitação, a humidade relativa e a pressão atmosférica. *O Distrito de Portalegre* noticiou também a composição dos júris do ensino elementar. O jornal ainda teve espaço para esclarecer os seus leitores sobre os recursos que foram julgados.

Curiosa é, sem dúvida, a chamada “Correspondência de Lisboa”, assinada por Adreçal Othebla (possivelmente um pseudónimo) que descreve como é difícil o trabalho jornalístico:

Escrever regularmente para um jornal não é rabiscar à família duas linhas sobre a nossa saúde e negócios, ou à namorada sobre o nosso amor e

desconfianças. Sintetizar factos e comenta-los com boa crítica e cintilante verve são atributos que a minha rude pena jamais poderá jactar-se, ainda que de tanta glória cuide (1884, nº1, p. 3)

Em 1889, o periódico passou a ser propriedade de José Frederico Laranjo⁹, que passa a ser diretor político, mantendo-se Cortes Sanches como editor. A ida de Cortes Sanches para Lisboa leva a que sejam feitas alterações, sendo este substituído por José Augusto Pina e Carvalho. O jornal assumiu desde 1889 o estatuto de órgão local do Partido Progressista com colaboração constante de Frederico Laranjo. Ao longo dos seguintes anos, existiram percalços que levaram à suspensão do jornal a 30 de dezembro de 1906 voltando a ser editado a 3 de fevereiro de 1907.

A proclamação da República acarretou, necessariamente, profundas alterações no periódico. Perdeu o cariz político anterior. Com todas as alterações feitas ao jornal, a decadência foi-se apoderando do jornal levando a que a sua edição passasse novamente a “folha semanal”. De facto, como assinala Ventura graças à imprensa: “As novas ideias, republicanas e não só, chegavam mesmo a uma pequena cidade do interior como Portalegre, e conquistavam alguns jovens ofuscados por propostas radicais, mas que, no terreno prático, não ultrapassavam o niilismo de café” (1991, p. IX).

Página | 31

Em 1938 (nº 3523, 22-1-1938), o jornal converteu-se num órgão de ação católica e passou a dedicar uma grande atenção aos assuntos religiosos.

O seu último número foi publicado em 29 de abril de 2010. Ou seja, *O Distrito de Portalegre* manteve-se ao longo de 126 anos.

Considerações finais

Neste trabalho, entendemos o jornalismo oitocentista como um meio de infundir no senso comum o moderno espírito crítico utilizando práticas discursivas específicas, especialmente as crónicas.

Nesse contexto ainda assinalar que, no final do século XIX, a imprensa tornou-se o meio por excelência para a reestruturação sociocultural da nação, e os jornalistas os grandes agentes defensores das novas causas e porta-vozes dessas novas aspirações. Assim, ao observarmos as

⁹ José Frederico Laranjo nasceu em Castelo de Vide a 1846 e foi um jurista, economista, professor universitário e político português. Foi diretor do jornal *O Distrito de Portalegre*, deputado pelo Partido Progressista. Para além do cargo e diretor do periódico *O Distrito de Portalegre* colaborou na *Gazeta Literária do Porto* e *A semana de Lisboa*. Em homenagem a José Frederico Laranjo existe em Castelo de Vide, sua vila natal, um largo com o seu nome, assim como um outro em Monforte. Também na cidade de Portalegre existe uma rua com o seu nome. Frederico Laranjo continuou a assegurar a direção política do *Distrito de Portalegre* até à data de sua morte, sendo depois substituído por outra figura preponderante do Partido Progressista, o Visconde de Olivã.

páginas dos periódicos alentejanos encontramos temáticas locais e um jornalismo “próximo” do cidadão.

Realizámos, ainda, uma breve sistematização sobre os primórdios da imprensa no Alentejo. Julgamos que tal reflexão poderá ajudar a uma tomada de consciência crítica. Afinal, encontramos aqui o estudo do passado para melhor compreender o presente. Tal é o alcance desta análise: empreender um diálogo entre o jornalismo e a história, a par de uma leitura interdisciplinar.

Bibliografia

Aprile, Sylvie, Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie & Jean-Yves Mollier (dir.) (2002). “La Belle époque des revues (1880-1914)” In *Revue d'histoire du XIXe siècle*, nº24, (pp192-194).

Assis, Machado de (1962). *Obras completas*. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Aguillar.

Bruno, Sampaio (1984). *A geração nova*. Porto: Lello & Irmão Editores.

Cabrera, Ana (org.) (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo*. Séculos XIX-XX. Lisboa: Livros Horizonte.

Página | 32 Chalaby, Jean (2003). “O jornalismo como invenção anglo-americana” in *Media e Jornalismo*, número 3. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. (pp. 29-50) Disponível em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf> (Acedido no dia 10/10/2017).

Camponez, Carlos (2002). *Jornalismo de Proximidade*. Editora Minerva: Coimbra.

Cândido, António (1984). “A vida ao rés-do-chão”, *Para gostar de ler: crónicas*. São Paulo: Ática, (pp. 4-13).

Cardoso, Fátima Lopes (2012). *Jornalistas-escretores. A necessidade da palavra*. Coimbra: Minerva Coimbra.

David, Celestino (1945). *Eça de Queiroz em Évora*. Montemor-o-novo: Empresa Gráfica Lda.

Fontcuberta, M. (1999). *A notícia*. Lisboa: Editorial Notícias.

Gerundio, Fr. (1849-1850). “Revista da Semana: Prólogo que serve por um ano como qualquer arredondamento”, *Revista Popular. Semanário de literatura, sciencia e indústria*. Volume II, Lisboa: Imprensa Nacional, (pp. 5,6).

Guimarães, Adriana Mello (2013). “A visão queirosiana do jornalismo: um laboratório de ideias”. 8º Sopcom: Comunicação Global, Cultura e Tecnologia. *Jornalismo e Sociedade*. Lisboa, (pp. 647-652).

Lagardette, Jean-Luc Martin (1998). *Manual de escrita jornalística. Escrevo – Informo Convenço*. Tradução Helena Moura, Lisboa: Pergaminho.

Martins, Ana Luiza (2008). “Imprensa em tempos de império”, In *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto. (pp. 44, 80)

Melo, José Marques de (1986). “A crónica”, In *Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Afro-luso-brasileiro*. Lisboa: Veja, (pp. 41, 61).

Monte, Gil (1984). *Achegas para a história do jornalismo no Distrito de Évora*. Évora: Gráfica Eborense.

Monte, Gil (1978). *O jornalismo eborense*. Évora: Gráfica Eborense.

Mónica, Maria Filomena (2004) *Eça de Queirós Jornalista*. Cascais: Principia, 2004.

Morel, Marco (2008). “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”, In *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto. (pp. 22, 43)

Pinheiro, Monarca J. M. (2001). *Évora em Eça*, Évora: Casa do Sul Editora.

Piza, Daniel (2013). *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto.

Queirós, Eça de (2000). *Da colaboração no “Distrito de Évora” I*. Lisboa: Livros do Brasil.

Rodrigues, Ernesto (1998). *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rocha, Clara (1985). *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Página | 33

Santos, Sofia (2007). *Imprensa regional. Temas, problemas e estratégias da informação local*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, Rogério (2005). “Jornalismo português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade de reportar” in *Media & Jornalismo. Investigação e Globalização*. Número 6, Ano 4. Coimbra; edições Minerva Coimbra, (pp. 83, 94).

Serrão, Joel (1983). *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, Jorge Pedro (2002). *Comunicação Regional e Local na Europa Ocidental*. Situação Geral dos casos Português e Galego. Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regionalna-europa-ocidental.html>. (consulta realizada no dia 20 de julho de 2017)

Sousa, José Manuel M. & Veloso, Lúcia M. (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.

Sousa, Pedro Jorge (2008). “Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de abril de 1974” In *Jornalismo, história, teoria e metodologia*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, (pp. 93, 118).

Sousa, Pedro Jorge (coord.) (2010). *O pensamento político português: das origens a abril de 1974*. Covilhã: LabCom.

Tengarrinha, José (1989). *A história da imprensa periódica portuguesa*. (2.^a edição). Lisboa: Caminho.

Tengarrinha, José (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.

Tengarrinha, José (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Traquina, Nelson (org.) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.

Traquina, Nelson (2007). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Trigo, Salvato (1986). “Palavras Prévias” In *Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Afro-luso-brasileiro*. Lisboa: Veja, (pp. 9, 14).

Ventura, António (1991). *Publicações periódicas de Portalegre*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.

Notas sobre a autora:

Adriana Mello Guimarães

adrianamello@ippportalegre.pt

ESECS, IPP / Clepul